

## O barco, a tormenta e o motim: anotações a partir da pandemia brasileira

Dndo. Davi da Silva San Gil  
Instituto Federal de Educação,  
Ciência e Tecnologia do  
Rio de Janeiro – IFRJ  
[davi.sangil@ifrj.edu.br](mailto:davi.sangil@ifrj.edu.br)  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3185-0668>

Data de recebimento: 21/09/2020  
Data de aceite: 06/10/2020

*Just because you're paranoid  
Doesn't mean they're not after you*  
Kurt Cobain, *Territorial Pissings*

|

A expressão “pandemia brasileira” carrega, à primeira vista, uma patente contradição. Como a leitora ou o leitor provavelmente já sabe, uma pandemia consiste justamente na disseminação de uma doença em escala mundial. Não seria absurdo, aliás, considerar a situação, em um futuro próximo, na qual o próprio status pandêmico não caiba mais na designação dos níveis de contaminação e proliferação do Coronavírus, ao passo que tais índices permaneçam alarmantes em nosso país. Ao usar a expressão “pandemia brasileira”, contudo, a intenção é recortar como objeto de reflexão não propriamente o alcance nacional de uma doença, mas a forma particular pela qual esta foi recebida em nosso território e seus efeitos percebidos até o instante em que eu termino a redação deste texto. A escolha desse ponto de partida não foi feita apenas pela natural facilidade que eu, como brasileiro nativo, teria para assumir essa posição. A recepção brasileira da pandemia foi *sui generis*. Emergências sanitárias comumente impulsionam para o centro da gestão política as autoridades técnicas. No Brasil se deu o inverso: os primeiros três meses desde o registro do primeiro caso da doença em território nacional foram marcados por duas trocas de comando

à frente do ministério da Saúde, certamente o mais importante na assessoria à gestão de uma crise desta ordem. Em ambos os casos, uma mesma causa: a cacofonia entre as orientações técnicas e cientificamente informadas do próprio ministério da Saúde e as convicções publicamente difundidas pelo próprio presidente da República. Pessoas e instituições de respeito na comunidade científica, como presidente da Organização Mundial de Saúde, Theodor Adhanom Ghebreyesus, se tornaram personagens de seguidas *fake news* e teorias conspiratórias, assim como os governadores de alguns estados brasileiros e os ministros recém-demitidos se viram associados a personagens já cativos dessas tramas, como o bilionário húngaro George Soros, o Partido Comunista Chinês e o chamado “Foro de São Paulo” (MORAES, 2020; RÔMANY, 2020; AFONSO, 2020). O que, nos primeiros momentos, poderia representar apenas um equívoco de avaliação da extensão da crise e seus possíveis desdobramentos – como aconteceu em países como Itália e Reino Unido – rapidamente converteu uma crise sanitária em uma crise política, marcada pela contínua desarmonia entre as recomendações da comunidade científica, as medidas de poderes públicos estaduais, e as recomendações do governo federal. O exemplo que melhor explicita este descompasso, independentemente das posições políticas envolvidas, é a defesa pública e contínua que o presidente brasileiro faz do remédio hidroxicloroquina a despeito dos resultados de pesquisas que, ao longo dos meses, desaconselham sua utilização no tratamento da Covid19. Tal posição foi seguidamente confrontada com as decisões de seus dois primeiros ministros da Saúde de acompanharem as recomendações técnicas.

A pandemia e seus desdobramentos nos últimos sete meses me atravessaram de diferentes formas. Como cidadão, me coloco na mesma situação de tantas outras pessoas, que se veem ao mesmo tempo como parte de um conjunto de dados sobre comportamento populacional, percentuais de isolamento social, etc. – enfim, qualquer recorte social ao qual pertença; concomitantemente, também me vejo interventor na produção destes mesmos dados, por meio das decisões individuais que tomo frente às políticas públicas. Como professor, me percebo constantemente perturbado pelo distanciamento compulsório das salas de aula, em que pese sua pertinência; pelas incertezas sobre as práticas de ensino remoto; pelo constante (mas também necessário) adiamento do retorno ao trabalho presencial, e, por fim, pelo receio sobre a possibilidade cada vez menos remota de meu local de trabalho se transformar em uma espécie de síntese foucaultiana de escola e hospital. E, na tentativa de um “ascetismo metódico” em meio às perturbações externas, conduzi minha reflexão pelo campo onde, com mais frequência, exercito o distanciamento e a abstração: a filosofia – mais especialmente, a filosofia da ciência.

Minha contribuição consiste, basicamente, em um esforço de me encontrar pelo meio do caminho entre o jornalismo e a metafísica: tento não me prender à liquidez do *hic et nunc* ou me perturbar pelo clamor das urgências cotidianas, mas tampouco pretendo qualquer universalidade ou atemporalidade, menos ainda propor um tratamento abstrato de relações de conceitos.

## II

Como recurso alegórico, tomarei emprestado uma velha metáfora, apresentada há cerca de um século, pelo sociólogo e economista austríaco Otto Neurath. Conhecida como “metáfora do barco”, ela apareceu em cinco momentos no trabalho de Otto Neurath: primeiramente em um artigo de 1913 no qual o autor discutia a construção de conceitos científicos tomando como ponto de partida a noção de “Economia de Guerra” (*Kriegswirtschaftlehre*) (NEURATH, 1913, p. 457); pela segunda vez em um ensaio de 1921, no qual tecia severas críticas ao clássico *A Decadência do Ocidente*, de Oswald Spengler, publicado naquele mesmo ano (NEURATH, 1981 [1921]), p. 184); pela terceira vez em um artigo de 1932 acerca de uma controvérsia filosófica sobre a natureza da linguagem científica (NEURATH, 1981 [1932]), p. 579); pela quarta vez em um artigo de 1937, fazendo a apresentação da *Enciclopédia Internacional da Ciência Unificada* e do seu projeto de unificação enciclopédica das ciências; e por fim, em 1944, em sua última contribuição para esta mesma publicação, em um longo trabalho sobre os fundamentos das ciências sociais. Para nossos fins, recorrerei à versão de 1932, que sintetiza seus aspectos principais, “Somos como marinheiros que, em alto-mar, precisam

reconstruir seu barco, sem poder em momento algum desmantelá-lo em terra firme e reconstruí-lo com as melhores peças” (NEURATH, 1981 [1932]), p. 579).

A minha intenção não consiste em fazer uma análise detalhada das posições do autor, nem em conduzir uma investigação estritamente teórico-conceitual. Meu interesse é, principalmente, a partir de uma exploração interpretativa, articular os elementos que compõem a metáfora náutica com uma leitura da atual crise epistêmica brasileira – aqui entendida não como efeito, mas como o próprio horizonte a partir do qual acredito ser possível compreender a situação em que nos encontramos.

### III

“Estar em um mesmo barco” é uma dessas raras e felizes expressões que se traduzem literalmente em uma variedade de línguas modernas, inclusive no alemão de onde se originou a metáfora que motiva este ensaio. Pode não haver dúvida de que se trate de um mesmo mar de incertezas, ou, ainda, uma mesma tormenta. Menos clara, contudo, é a resposta para a questão: há apenas um barco no qual todos estamos? Muitas foram (e ainda são) as contribuições sobre as distintas desigualdades explicitadas – ou mesmo intensificadas – pelos reflexos da pandemia em nosso país, de maneira que nenhum recorte parece suficiente. Sobre cada mapeamento de diferenças e identidades é possível traçar outro recorte. E não apenas as pessoas desta sociedade, mas um de seus principais produtos – seu conhecimento científico – também pode ser pensado na sua devida pluralidade. Deste modo, também reconhecemos que os distintos ramos do conhecimento científico têm níveis diferentes de familiaridade, mas, mais ainda, de reconhecimento (pode-se falar em “percepções de sua importância”) em uma mesma sociedade, e diferentes relevâncias dependendo do problema. Ainda assim, falamos em *uma* ciência brasileira, em registros diários de mortes e contaminações no país, clamamos nacionalmente por cuidados, e vivemos as consequências de um mesmo governo. Mais ainda, uma boa parte da população brasileira tem acesso à internet – segundo o Censo de 2018, esse alcance abrangia mais de 70% da população brasileira. Assim, era amplo o acesso ao fluxo contínuo de informações a partir das quais se constrói a recepção nacional à pandemia. O barco concebido por mim, portanto, tem em seu mastro uma bandeira do Brasil, com todas as contradições e particularidades internas que isso abarca.

### IV

Um barco em mau funcionamento flutuando sobre o mar não sugere apenas o caráter falibilista do conhecimento humano ou a ausência de fundamentos de qualquer ordem para a condução da vida (no que revela, a propósito, um claro contraste às concepções modernas de conhecimento como um edifício, a exemplo de Descartes e Locke). Ela traz consigo uma prescrição: é preciso fazer alguma coisa com as peças de que dispomos. Estas não são perfeitas, nem ideais. Mas são as que temos, e que nos impedem de afundar. Em contraposição a teorias representacionistas do conhecimento científico, Neurath nos indica por meio de sua metáfora a condição inexoravelmente prática da ciência (ainda que seja importante mencionar que não se trata de uma concepção utilitarista do conhecimento, de supor a dimensão da aplicabilidade como preponderante da nossa relação com o mundo).

“O que devo fazer?” A pergunta, colocada nos tempos do Iluminismo como mote para a filosofia prática de Kant, se mostra *prima facie* de relevância atemporal. Vez por outra, especialmente entre filósofos, a resposta dada é revestida de pretensões igualmente atemporais, seja na esfera subjetiva, seja nas distintas formas de se ampliar a coletividade (o que devemos fazer como cidadãos brasileiros, ou proletários, ou homens cis heterossexuais etc.). Eventos imprevisíveis de alcance mundial, como guerras ou a recente proliferação em escala pandêmica do coronavírus, parecem trazer com mais vigor a demanda externa por uma resposta. Controvérsias em torno do aparato estatal de controle e da liberdade individual, advindos das políticas públicas de controle epidemiológico, levadas a cabo pela China e países europeus, deram o tom das primeiras controvérsias no

meio intelectual internacional. Por outro lado, especialistas foram chamados para oferecer suas contribuições técnicas aos programas televisivos. Nada disso é exatamente novidade, exceto pelo fato de que, agora, em nosso país, mesmo as posições de caráter estritamente técnico colocam paralelamente as opiniões sobre a autoridade da ciência e a polarização que já há alguns anos orienta os debates políticos nacionais.

Ainda que se assuma que estamos todos em um mesmo barco, não se segue daí que estejamos todos em pé de igualdade no comando desta embarcação, menos ainda nas mesmas condições de “mexer em suas peças”. Curiosamente, no entanto, boa parte das demandas trazidas à sociedade clamam pelo engajamento individual – a obediência às leis de trânsito, o uso responsável dos recursos naturais, o cuidado com o lixo são só exemplos mais imediatos deste pedido à cidadã e ao cidadão comum para “fazer a sua parte”. No consentimento a mudanças de comportamento em favor do bem comum existe mais do que uma confiança moral. Há também, e creio ser ainda mais importante, uma confiança epistêmica nas autoridades políticas que prescrevem tais comportamentos e, por extensão, na comunidade científica que, em princípio, os subsidia. No entanto, esse mesmo compromisso individual não raro se vê confrontado com um cenário bastante mais complexo. O consumo doméstico consciente de um recurso como a água, por exemplo, não obstante seu mérito moral, tem um impacto ínfimo se comparado ao desperdício contínuo deste recurso na agricultura e pecuária brasileiras. Contudo, quando uma doença se espalha em escala pandêmica, a tormenta que se avizinha da nossa nau, o compromisso individual ganha importância incomum. Somos diariamente informados sobre a chamada “taxa R”, que mensura os níveis de contato por pessoa em um determinado recorte geográfico. Diante de um dado desses, o indivíduo encontra diariamente, em qualquer periódico, as dimensões da “sua parte”. Da mesma forma, a confiança que uma sociedade deposita na sua comunidade científica pode ser não apenas colocada em números, mas observada nos seus efeitos.

## V

Para os fins aqui propostos, minha tentativa de interpretação se sustenta em uma imagem específica de embarcação. Não se trata de um pequeno bote, mas de algo das proporções de um navio, com múltiplos camarotes e conveses, cujo acesso não é concedido igualmente a todos os embarcados. Ainda que se cumprisse o ideal de uma educação universalizada em nosso país, a divisão do trabalho se fez uma etapa constitutiva do desenvolvimento científico, e o especialista necessário em uma situação frequentemente não é menos ignorante que o menos estudado dos homens sobre problemas que requeiram uma expertise distinta. E sem dúvida, em uma tormenta como essa, há um número muito pequeno de pessoas familiarizadas com o problema, se comparado ao número de tripulantes que precisam, também, agir. A situação se torna ainda mais complexa quando se leva em consideração que uma sociedade democrática carrega consigo uma distribuição bastante mais complexa de prerrogativas e direitos que, digamos, a tripulação de um porta-aviões da Marinha. Assim, em uma sociedade democrática, é fundamental que se leve em conta como se distribuem os poderes em relação à produção e circulação do conhecimento, assim como o que orienta as decisões acerca da aceitação ou não de crenças difundidas pelas autoridades de conhecimento.

A questão acerca da relação entre autoridade política e autoridade epistêmica é antigo. Ela já estava, por exemplo, na raiz da concepção platônica de aristocracia, denominada “sofocracia” ou “governo dos sábios”, defendida no diálogo *A República*: o poder do governante (a quem Platão se referia como o “Rei filósofo”) era justificado no pressuposto de seu acesso privilegiado à verdade. A defesa platônica era, também, um contraponto crítico ao que seria, para o fundador da Academia, uma das formas mais corrompidas de governo: a Democracia. Ao distribuir igualmente o poder para todos os cidadãos se estaria conferindo autoridade política e pressupondo-se autoridade epistêmica igual a pessoas desigualmente dignas da primeira, justo por serem desigualmente dotadas da última. Hoje, não apenas é possível distinguir os dois tipos de autoridade, mas, mais importante, o modo como tais autoridades são legitimadas se tornou especialmente mais instável.

Nossa tripulação se divide, para os fins aqui propostos, em três grupos: as autoridades políticas, composta por representantes do poder público, autoridades epistêmicas institucionais, composta pelo conjunto de *experts*

da comunidade científica, e a própria sociedade civil. Não se trata de grupos reciprocamente excludentes, posto que membros do Congresso Nacional ou da Sociedade Brasileira de Medicina são, também, cidadãos. Além disso, o poder público não raro conta com a assessoria técnica de pesquisadores dos diversos ramos do conhecimento na promoção e condução de políticas públicas, e não basta também que haja representantes da ciência brasileira ocupando cadeiras nos poderes Executivo e Legislativo. Vale lembrar também que, ao mesmo tempo que uma epidemiologista confere autoridade a estudos na sua área, seja como participante, seja como avaliadora, a ela também é requisitada a confiança em pesquisas de outros grupos de cientistas. Também cumpre atentar para o fato de que mesmo esse grupo reunido sob a rubrica de uma “comunidade científica”, quer no âmbito mundial, quer no âmbito nacional, também carrega internamente uma distribuição nada isonômica de autoridades e prerrogativas. O esforço de destrinchar essa cadeia complexa ultrapassaria ao largo os limites de um ensaio. As últimas quatro décadas, aliás, presenciaram um florescimento de diversas pesquisas direcionadas a esta ampla descrição da atividade científica, sob a rubrica interdisciplinar de *Science Studies*.

Distribuídas as prerrogativas, e informados desde o final do último ano sobre a aproximação da tormenta, seria questão de aguardar as orientações da capitania, seguir instruções, e começar o trabalho. O que poderia dar errado?

É neste ponto que nossa imagem se desloca para um aspecto que ultrapassa a metáfora original que animou nossa reflexão até aqui. Ainda que Otto Neurath não se referisse diretamente aos marinheiros, não é difícil perceber no autor, em diversos de seus escritos, a intenção de superar a distância entre ciência e sociedade. Mais ainda: o autor reconhecia que a superação desta distância era, também, responsabilidade de cientistas, e que só a partir de uma consciência acerca do modo de produção do conhecimento científico se poderia conceber uma genuína democracia. Assim, o evento que torna especialmente mais complicada a nossa situação nacional escaparia aos seus olhos. Não bastasse a tormenta, ainda há o motim.

## VI

Motins não são apenas a insurreição contra uma autoridade instituída. Para além da intenção de derrubá-la, representam também disposição de a substituir. Não se trata, assim, de afundar o navio, mas de tomar seu comando, mudar a sua rota. Assim, faz sentido pensar que qualquer movimento anticência já carrega, no seio de sua crítica institucional, uma agenda política alternativa. Assim, não cumpre pensar apenas o negacionismo no aspecto tático da terra arrasada, mas que estruturas são erigidas ao longo desse processo.

Não pretendo trazer aqui um mapeamento completo das políticas, discursos e atos que durante os últimos sete meses marcaram o desrespeito sucessivo de parte das autoridades políticas brasileiras para com a comunidade científica – mais especialmente para com cientistas que se dedicam a pesquisas voltadas ao controle dos índices de contágio, à prevenção e ao tratamento da Covid-19. Basta dizer que o longo desse tempo, disponibilizou-se um vasto repertório de artigos nacionais e internacionais, científicos e jornalísticos, relatando a evolução alarmante da doença em nosso país, assim como a leitura que dela fazem publicamente algumas das mais importantes autoridades políticas e religiosas. Tomarei essa situação como o sintoma, ainda que um sintoma grave, de um problema gestado há algum tempo em nosso país: o crescimento do negacionismo científico no país. Se o motim contra autoridades científicas do país chama atenção especial pelo momento, no qual parece ser ainda mais relevante respaldar nestas a confiança pública, não se deve por isso incorrer no equívoco de supor que é algo que surgiu agora ou como reação exclusiva às orientações técnicas da comunidade médica ou de sua transformação em protocolos e leis. Primeiro, porque a busca pelo tratamento deste sintoma é, muito provavelmente, uma luta inglória: ela esbarra em uma atitude psicológica comum de recusa a revisões sobre as próprias crenças. Em segundo lugar, ao perder de vista o problema maior, podemos estar perdendo a oportunidade de nos antecipar aos futuros efeitos advindos dele.

Historicamente, movimentos negacionistas ou anticientíficos acompanham, como contraparte, todo o

desenvolvimento científico. Disso não se segue, contudo, que sempre se replicaram os mesmos argumentos contra algum tipo de racionalidade científica atemporal. Tampouco se desmerece a importância de uma atitude cética para o progresso da ciência. Galileu não foi apenas um dos nomes a trazer o Novo Sistema de Mundo, mas foi também, em certa medida, um cético diante da cosmologia aristotélico-ptolomaica. Assim, há uma distinção aparentemente sutil entre um posicionamento contrário a teorias científicas vigentes de uma época e uma atitude negacionista. Me voltarei, aqui, não para uma distinção generalizada entre as duas atitudes, mas para a forma como especialmente esta última ganhou força nos últimos anos por aqui.

Permitam-me, antes, uma breve digressão para efeitos de comparação: no artigo *A Test of Three Theories of Anti-Science Attitudes*, o sociólogo estadunidense Gordon Gauchat explora três hipóteses distintas para o surgimento de atitudes anticientíficas em uma sociedade. A primeira hipótese, parte da carência ou mesmo ausência de letramento científico; a segunda busca a origem do problema no fundamentalismo religioso; a terceira hipótese consistiria, por sua vez, em um distanciamento cultural das atividades científicas. Em termos de correlação, não seria difícil encontrar na sociedade brasileira os três elementos. Sob um primeiro olhar, a confluência destes três fatores poderia sugerir soluções de inspiração iluminista: o contato com o conhecimento científico deve conduzir à construção de uma atitude científica; a atitude científica como libertação do dogmatismo; o dogmatismo como contraposição à ciência. Esta é, sem risco, uma das soluções mais familiares ao senso comum, em que pese toda a vagueza implícita quando se fala da educação como raiz e solução dos nossos problemas. Contudo, embora estas sejam, sem dúvida, pré-condições necessárias para o crescimento de uma atitude negacionista, não creio que sejam suficientes. Acredito, assim, que se trata de uma questão mais ampla, a qual carrega consigo um aspecto frequentemente ignorado por quem coloca o problema, no contexto público, como uma bipolarização diante da ciência. Volto-me aqui para a distinção entre a efetiva prática científica e a retórica de legitimação do conhecimento científico frente ao senso comum. Colocar a disputa como um ataque irracionalista contra a alguma imagem purificada de racionalidade me parece equivocado, como espero mostrar a seguir.

## VII

Meu ponto, aqui, consiste, no que percebo ser uma marcante diferença entre uma imagem **exotérica** dos valores que orientam a atividade científica, ou seja, uma imagem direcionada ao grande público, o senso comum; e uma imagem **esotérica**, ou seja, a forma como cientistas de fato se orientam, do ponto de vista dos valores, que se manifesta desde a elaboração de projetos a editais até a avaliação do mérito de teses. Esta imagem exotérica aparece por diferentes meios: biografias cinematográficas tratando dos desprendimentos e sacrifícios dos grandes nomes, a divulgação midiática dos sucessos de pesquisas em diferentes áreas do conhecimento e, quando chamados ao debate público, a imagem da(o) cientista como alguém cuja prática profissional é orientada pelas virtudes reunidas tradicionalmente sob a orientação do *ethos* mertoniano. Nos referimos aqui ao conjunto de prescrições, cunhadas pelo sociólogo Robert Merton, que deveriam orientar a prática da ciência. Identificado pelo acrônimo CUDOS, abreviação de “Comunismo”, “Universalismo”, “Desinteresse” e “Ceticismo Organizado” (“*Organized Skepticism*”). Mais do que um “manual técnico” ou uma prescrição metodológica para a atividade científica, o *ethos* mertoniano carregava a força de uma norma moral para a conduta científica: “eles são seguidos não somente porque são predominantemente eficientes, mas porque se acredita que eles são corretos e bons. Eles são prescrições morais tanto quanto técnicas.” (MERTON, 2013[1938]). Assim, Merton acabava por apresentar um critério de demarcação entre ciência e não-ciência um tanto distinto de propostas da filosofia da ciência, como aquelas de Popper e dos positivistas lógicos: a investigação científica era orientada por uma ordem própria – e superior – de valores.

Uma das dificuldades ao colocar em xeque a visão exotérica sobre o *ethos* científico está, em primeiro lugar, naquilo que se pode precipitadamente inferir. Não se trata de dizer que a ciência passou por algum tipo de corrupção moral. Não obstante os casos de fraude na condução de pesquisa, produção de dados e plágio, tenham se tornado ao longo dos anos um problema sério, é preciso mais do que “algumas frutas podres” para



colocar em xeque a imagem de um comprometimento da comunidade científica com seu trabalho (o que pode se perceber inclusive pela própria preocupação com e publicização dos casos fraudulentos). É preciso apontar, contudo, que o modo de produção de conhecimento que se configura a partir da segunda metade do século XX não torna mais possível uma normatividade da ciência segundo os critérios mertonianos. Assim, quando se lê o avanço negacionista a partir de um antagonismo entre uma prática desinteressada ou neutra e uma concepção enviesada da realidade, supõe-se uma falsa dicotomia. O que está em questão é, de fato, que valores devem ordenar a nossa leitura do mundo. O que coloca, uma vez mais, a interrogação metacientífica sobre que valores devem orientar a prática científica, e em que medida tais valores respaldam moralmente a comunidade científica e se efetivam na conduta de seus membros.

É famosa a máxima maquiaveliana, retirada do capítulo XVIII d’*O Príncipe*, segundo a qual a um governante não é essencial ser bom e justo, mas é necessário **parecer** sê-lo. A questão que se coloca, e de fato não acredito ser resolvida: o quanto a autoridade da ciência frente ao senso comum, de maneira similar, dependeu durante a maior parte de sua história institucional não exatamente dos valores que realmente orientam cientistas em sua atividade, mas da capacidade de convencer a sociedade de que é sob tais valores que se faz ciência. Se for assim, a disputa pelo comando deste barco é não acerca dos valores que nos governam, mas uma controvérsia de natureza sobretudo retórica, o que torna especialmente mais árdua a tarefa de construção da ponte entre a expertise e o senso comum, da qual depende hoje, mais do que nunca, a legitimação social da ciência.

## VIII

Diante da urgente necessidade de se posicionar em um cenário bipolarizado, entre uma ciência que invoca para si, publicamente, um estatuto moral e epistemológico de que efetivamente não dispõe, e autoridades políticas que propõem uma implosão institucional, sanitária e republicana, não é uma escolha difícil de fazer. Mas é uma escolha útil, no próprio sentido utilitarista usado em contextos eleitorais. Por outro lado, é importante que se perceba que o motim que mostrou o seu horror nos últimos meses, com turbas invadindo hospitais e abrindo caixões em cemitérios, ou milhares de pessoas se automedicando de forma arriscada, é o mesmo que abriga o movimento terraplanista, os defensores do ensino do Criacionismo nas escolas, o movimento antivacina e os negacionistas do aquecimento global. Creio que não cessariam nem mesmo se um terço da humanidade percesse vítima daquilo cuja existência negam. Suas posições se mostram de fato absurdas diante daquilo que propõem e da forma como o fazem. Menos absurda, porém, é sua desconfiança frente aos valores de uma instituição que mantém sua distância política, social e epistemológica em relação a uma parte significativa da sociedade. “A gente tem que enaltecer a pesquisa científica brasileira”, disse há alguns meses um virologista, quando a pandemia ainda começava a mostrar empiricamente sua gravidade no nosso país. Acredito que, mais importante, seja que se conheça a ciência, para além das teorias e sucessos – enfim, a ciência *tal qual se faz*, como já dizia o título de um livro de Fernando Gil. Ou, na ocasião de uma nova tormenta – e sim, ela virá – pouco pode restar deste barco por reconstruir.

## Referências

- AFONSO, Natalia. *#Verificamos: É falso que OMS desaconselhou a aplicação de medidas de isolamento social*. Folha de São Paulo, Piauí, Agência Lupa, 09 de junho de 2020. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/06/09/verificamos-oms-desaconselhou-isolamento/>> Acesso em: 19 de setembro de 2020.
- AGAMBEN, Giorgio et al. *Sopa de Wuhan – pensamiento contemporaneo en tiempos de pandemia*. 1º ed. ASPO, 2020.
- CARNAP, Rudolf et al. *Foundations of the Unity of Science: Toward an International Encyclopedia of Unified Science*. 3. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1971
- COLLINS, Harry. *Are We All Scientific Experts Now?* 1. ed. Cambridge: Polity Press, 2014.

- GAUCHAUT, Gordon William. "A Test of Three Theories of Anti-Science Attitudes". *Sociological Focus*, 41:4, pp.337-357, 2008
- HOLTON, Gerald. The Anti-Science Phenomenon. In: HOLTON, Gerald. *Science and Anti-Science*. 1. ed. Cambridge: Harvard University Press, 1994. p. 145-189.
- LEVI, Norman e GROSS, Paul. Academic Anti-science. *Academe*, Nov. – Dec., 1996, Vol. 82, No. 6, pp. 38-42, 1996.
- MAYER, Anna K. Reluctant Technocrats: Science Promotion in the Neglect-of-Science Debate of 1916–1918. *History of Science*, vol. 43, p.139-159, 2005.
- MENDONÇA, André Luiz Oliveira. "Filosofia da ciência e science studies: a guerra pela paz". In: Antonio Augusto Passos Videira. (Org.). *Perspectivas Contemporâneas em Filosofia da Ciência*. Rio de Janeiro: Eduerj, p. 165-184, 2012.
- MERTON, Robert K. *The Sociology of Science*. 1ª ed. Chicago: Chicago University Press. 1973.
- MORAES, Maurício. #Verificamos: É falso vídeo de suposta reportagem com alerta da OMS sobre 'máscaras infectadas com coronavírus'. Folha de São Paulo, Piauí, Agência Lupa, 27 de abril de 2020. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/04/27/verificamos-e-falso-video-de-suposta-reportagem-com-alerta-da-oms-sobre-mascaras-infectadas-com-coronavirus/>> Acesso em: 19 de setembro de 2020.
- NEURATH, Otto. Probleme der Kriegswirtschaftslehre. *Zeitschrift für die gesamte Staatswissenschaft*. n.69 pp. 438-501, 1913.
- NEURATH, Otto. Unified Science as Encyclopedic Integration. In: CARNAP, Rudolf et al. *Foundations of the Unity of Science: Toward an International Encyclopedia of Unified Science*. 3. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1971. v. 1, p. 1-27.
- NEURATH, Otto. Protokollsätze. In: HALLER, Rudolf e RUTTE, Hainer (eds). *Otto Neurath - Gesammelte Philosophische und Methodologische Schriften*, 1ªed. Vienna: Verlag Holder-Pichler-Tempsky pp.277-287, 1981(1932)
- NEURATH, Otto. Foundations of the Social Sciences. In: CARNAP, Rudolf et al. *Foundations of the Unity of Science: Toward an International Encyclopedia of Unified Science*. 3. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1971. v. 2, p. 1-50.
- RÔMANY, Ítalo. #Verificamos: É falso que TV Bandeirantes foi comprada pelo Partido Comunista Chinês. Folha de São Paulo, Piauí, Agência Lupa, 26 de junho de 2020. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/06/26/verificamos-bandeirantes-comunista-chines/>> Acesso em: 19 de setembro de 2020.
- SILVA, Vinícius Carvalho da. O utilitarismo como base metafísico-axiológica da Big Science e da tecnociência e seu desenvolvimento histórico-social. 15o Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. Florianópolis, Santa Catarina, 16 a 18 de novembro de 2016. *Anais...* Disponível em: <[https://www.15snhct.sbhct.org.br/resources/anais/12/1474078827\\_ARQUIVO\\_VINICIUS15SBHC.pdf](https://www.15snhct.sbhct.org.br/resources/anais/12/1474078827_ARQUIVO_VINICIUS15SBHC.pdf)> Acesso em: 21/09/2020.
- VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. A Filosofia da Ciência sob o signo dos Science Studies. *Abstracta*, vol. 2, pp.70-83, 2005.
- <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2020/05/temos-que-enaltecer-ciencia-brasileira-diz-virologista-sobre-combate-covid-19.html>